

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**GILBERTO FREYRE E A INTERPRETAÇÃO DA MISTIÇAGEM EM
CASA-GRANDE & SENZALA**

Anderson dos Santos Cordeiro

Orientador: Giovanni Boaes

João Pessoa

2022

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

Anderson dos Santos Cordeiro

**GILBERTO FREYRE E A INTERPRETAÇÃO DA MISTIÇAGEM EM
CASA-GRANDE & SENZALA**

Monografia apresentada à Coordenação do
Curso de Ciências Sociais da UFPB como
requisito parcial para obtenção do título de
Licenciado em Ciências Sociais.

Orientador: Giovanni Boaes

João Pessoa

2022

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**GILBERTO FREYRE E A INTERPRETAÇÃO DA MESTIÇAGEM EM
CASA-GRANDE & SENZALA**

Defesa em 28 de nov de 2022

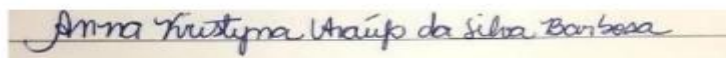
Nota: 10



Prof. Dr. Giovanni Boaes (Orientador — DCS/UFPB)



Profa. Dra. Jorissa Danilla Nascimento Aguiar (Examinadora — DCS/UFPB)



Profa. Ma. Anna Kristyna de Araújo da Silva Barbosa (Examinadora — PPGS - UFPB)

João Pessoa

2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

C794g Cordeiro, Anderson dos Santos.

Gilberto Freyre e a interpretação da mestiçagem em
Casa-grande & Senzala. / Anderson Dos Santos Cordeiro.
- João Pessoa, 2022.
50 f.

Orientador: Gonçalves, Antonio Giovanni Boaes.
Monografia (Graduação) - Universidade Federal da
Paraíba/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
2022.

1. Freyre, Gilberto. 2. Mestiçagem. 3. Pensamento
social. 4. Sociologia brasileira. I. Gonçalves, Antonio
Giovanni Boaes. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 316.347

AGRADECIMENTOS

Inúmeras pessoas me perguntaram o porquê de estudar Gilberto Freyre, e nunca soube responder. Não de maneira objetiva ou como deveria responder (se é que tem uma maneira para isso). Mas, hoje, depois de passar pela perda de um amigo, padrasto e pai, acho que encontrei a resposta. Alguém que sempre falou do Nordeste com muita alegria, felicidade e carisma para um rapaz nascido e crescido no Sudeste, e que nunca tinha ouvido falar da Paraíba. Logo ele que cedo foi para o Rio de Janeiro em busca de serviço, fez família lá e sempre quis retornar a sua terra de onde acreditava nunca ter saído. Acredito que essa era a *nostalgia* que muito se fala da obra de Gilberto Freyre, e é nela que quero acreditar, por me trazer imagens e sentimentos bons. Parte substancial deste trabalho é *in memoriam* de Manuel Felizardo, alguém que soube me mostrar a beleza desse canto do Brasil.

Outra parte deste agradecimento é dedicada a todos aqueles que me ajudaram, de maneira indireta e direta, neste percurso do trabalho. Como toda e qualquer pesquisa, ela é feita sob várias mãos, e como cientista social, tenho plena consciência que aqueles que estão atrás do palco também são parte importante para que eu pudesse galgar esses degraus dessa longa escada, e a quem destaco nominalmente: Dona Lia, minha mãe, a quem devo muito todo incentivo, preparo e sacrifício que fez para que eu pudesse seguir meu sonho de estudar em uma universidade pública. Para Rita, minha esposa, que não me deixou esquecer que a vida acadêmica é só uma parte da minha realidade, e que é possível sonhar. E para Ivan Nogueira, Ariádny Bruna, Amanda Santos, Adgenilson Brito, Raiana Martins, Kamylla Gouveia e Fernanda França, meus amigos(as), que me ajudaram e muito neste processo, além da minha família e irmãos.

E não podendo esquecer uma frase que meus amigos vivem me dizendo como um mantra, e que ficou gravado: “você vai ser um sociólogo do futuro, e de futuro”, se alcancei essa glória, veremos daqui em diante... Não poderia deixar de mencionar Anna Kristyna, Esdras Bezerra e todos do Mefisto e Ariadne, nossos grupos de pesquisa que me ajudaram imensamente no percurso e, sobretudo, nas discussões. Meu muitíssimo obrigado. E por último, a meu orientador Giovanni Boaes, que acreditou no meu trabalho, no meu potencial, e se tornou um amigo que a universidade me apresentou.

Todo agradecimento é uma tarefa difícil, injusta e egoísta por esquecer inúmeras pessoas, então deixo aqui meu muito obrigado a todos e todas que me ajudaram a chegar aonde estou.

O que deve fazer o intelectual negro?

Possuir uma “consciência crítica” refinada e dolorosa e calar-se, para “não agravar os problemas”? Ou impor-se o dever de dar combate tenaz ao nosso modo de ser, ambíguo e covarde, de afirmar uma democracia racial que não existe.

Florestan Fernandes (2017, p. 47)

RESUMO

Este trabalho busca realizar uma análise da obra *Casa-grande & senzala* de Gilberto Freyre, buscando compreender, a partir da análise de conteúdo e revisão bibliográfica, como o autor argumenta, descreve e interpreta a questão do mestiço e da mestiçagem a partir da questão racial brasileira. Além disso, foi necessário reconstruir historicamente quais foram as correntes e linhagens de pensamento que permearam o entendimento da questão racial desde meados do século XIX até início do século XX, época em que o autor publica sua obra. A partir dos resultados, foi possível perceber que Gilberto Freyre analisa positivamente a questão racial brasileira, constituindo a mestiçagem sob alguns caracteres sociais e culturais, diferenciando seu estudo da percepção corrente sobre a questão racial e da concepção biológica que pairava sobre o contexto científico.

Palavras-Chave: Mestiçagem. Pensamento social. Gilberto Freyre. Sociologia brasileira.

ABSTRACT

This work seeks to carry out an analysis of the work *Casa-Grande & Senzala* by Gilberto Freyre, where it was sought to understand from the analysis of content and bibliography how the author argues, describes and interprets the issue of mestizo and miscegenations from the racial issue Brazilian. In addition, it was necessary to historically reconstruct the currents and lineages of thought that permeated the understanding of the racial issue from the mid-nineteenth century to the beginning of the twentieth century, when the author will publish his work. From the results it was possible to see how Gilberto Freyre will positively analyse the Brazilian racial question, constituting miscegenation under some social and cultural characteristics, differentiating his study from the current perception on the racial question and from biological conception that hovered over the scientific context.

Keywords: Miscegenation. Social thinking. Gilberto Freyre. Brazilian sociology.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	A QUESTÃO DA MESTIÇAGEM E O CONTEXTO CIENTÍFICO INTELLECTUAL	13
3	CASA-GRANDE & SENZALA: e a interpretação do mestiço brasileiro	23
3.1	Vida e obra de Gilberto Freyre	23
3.2	Casa-grande & senzala.....	25
4	A MESTIÇAGEM E A DEMOCRACIA RACIAL: considerações críticas....	39
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
	REFERÊNCIAS	46

1 INTRODUÇÃO

Quem é o mestiço brasileiro? Esta pergunta representou boa parte dos estudos e inquietações dos intelectuais brasileiros dos finais do século XIX ao início do XX, porque o tema da mestiçagem era retratado como a incógnita que permeava as mazelas e dilemas do Brasil, pela falta de respostas sobre sua formação social, étnica e cultural, pois a questão racial era um entrave para o desenvolvimento do país como civilização, nação, povo e sociedade. A importação das teorias europeias, vai pavimentar as perguntas e respostas que nortearam as análises dos intelectuais brasileiros que utilizaram as correntes do darwinismo social, evolucionismo, positivismo e do racismo científico como base para se pensar a condição brasileira.

Em contraste a esta perspectiva, Gilberto Freyre, ao publicar *Casa-grande & senzala*, em 1933, desenvolve uma oposição aos estudos correntes sobre a maneira de analisar o mesmo objeto, ou seja: o mestiço. Freyre analisa as bases que constituem a família patriarcal no Brasil, atribuindo ao negro e aos frutos do processo de miscigenação, sua importância positiva no plano político, social e cultural da formação brasileira. O autor adentra nessa perspectiva contra as teorias até então científicas perpetradas pelo racismo científico. Essa oposição presente em seu livro, vai ser uma das chaves de compreensão pela qual “transforma a negatividade do mestiço em positividade, o que permite completar definitivamente os contornos de uma identidade que há muito vinha sendo desenhada” (ORTIZ, p. 41, 2012).

A ideia de mestiçagem, no debate intelectual da época, aparece nitidamente marcada pelo pessimismo sobre o mestiço, atribuindo-lhe a falta de questões e aptidões morais, como caráter e personalidade. Além disso, era atrelada ao mestiço a degeneração biológica, como a incapacidade de pensar e progredir no plano intelectual e da modernidade. Esse pessimismo pode ser visto nas ideias de alguns pensadores sociais brasileiros, cujas análises formuladas pelos “homens de ciencia” dos finais do século XIX e início do século XX, influenciaram as gerações seguintes que utilizavam a base científica produzida em âmbito nacional e internacional para pensar e justificar as respostas negativas e racistas sobre a população brasileira.

Este trabalho se propõe, então, a fazer uma análise de CG&S¹, no qual procuro examinar, nas seções subsequentes, como Freyre organiza e compreende, a seu modo, a noção positiva do mestiço, fazendo uma interpretação original, construindo uma “nova” forma de interpretação sobre o tema. Gilberto Freyre apresenta o processo de miscigenação como uma das chaves para se pensar positivamente o povo brasileiro, saindo do debate, em grande medida, do determinismo biológico, para um que, além de considerar os caracteres biológicos, utiliza a cultura, o social e o histórico para compreender o período que se reverbera no passado, no presente e futuro do Brasil.

A partir das teses sobre a mestiçagem positiva e da raça entendida pela cultura, podemos compreender como Freyre, dentro da linhagem de estudos sobre o tema, esclarece e (re)coloca no plano político e cultural a importância do mestiço na constituição do Brasil, e com isso ajuda a delinear a concepção de identidade brasileira. Dessa maneira, dentro da análise proposta, será possível compreender como o autor, sendo um personagem importante no processo de caracterização da miscigenação como algo positivo no Brasil, altera a concepção negativa que pairava sobre o mestiço e a mestiçagem até meados da década de 1920.

A análise se dá a partir de seu mais famoso livro: *Casa-grande & senzala* (FREYRE, 2006), isso, porque ela se apresenta como referência para discussões sobre o mestiço e a mestiçagem no Brasil, tanto com carácter afirmativo quanto crítico. Sendo suas premissas sobre o carácter positivo da mestiçagem uma importante chave de compreensão do contexto histórico e intelectual das primeiras décadas do século XX, além das considerações sobre o período colonial de que trata em seu livro. Ao fazer essa revisitação às teses que Freyre aborda em CG&S, é possível, junto às teorias raciais que estavam no cenário até a publicação da obra, debruçar-nos sobre essas teorias que circundaram os trabalhos sobre o mestiço no país.

A análise do mestiço dentro da sociologia brasileira e do campo do pensamento social brasileiro é recorrente; em estudo recente, Verônica Toste Daflon (2017, p. 25) destaca a linha tênue que “exige um esforço constante para evitar cair em uma visão biologicista e essencializada de raça” quando se tem por objeto a mestiçagem e seus frutos. Ainda assim, toda inconclusão étnica, racial, biológica, cultural, moral, política e identitária aparece no debate para destacar a ampla influência do carácter ideológico

¹ Daqui em diante utilizarei essa abreviação para me referir à *Casa-grande & senzala*.

presente no tema. Propondo reflexões, percepções e conclusões sobre diversas faces do ser mestiço na sociedade brasileira, seja na sua amalgamação, no processo de ascensão social, no preconceito racial etc., assim procuramos justificar a importância deste trabalho de conclusão de curso.

Na seção que segue a Introdução deste trabalho (2), me debrucei sobre as teorias e autores que construíram argumentos e propuseram debates sobre a miscigenação no país. Nesse período, autores como Nina Rodrigues, Sylvio Romero, Oliveira Vianna, Francis Galton, Arthur de Gobineau, Cesare Lombroso, para citar alguns, influíram no debate, pautando-se a partir dos caracteres negativos aos quais a miscigenação estava atrelada. Basicamente, pautavam-se os argumentos a partir das análises europeias que examinavam o caso brasileiro. Sendo assim, o Brasil se tornaria o laboratório racial cujo futuro era mais que incerto devida à alta demanda de cruzamento de raças que aqui se produzia devido ao contato interétnico do branco, negro e indígena.

Na seção seguinte (3), destaco como o mestiço surge no pensamento freyreano a partir de seus estudos fora do país, e como a teoria culturalista vai ter forte contribuição para ele pensar “o negro e mestiço em seu devido lugar” (FREYRE, 2006). Ressalto também como a construção cronológica dos capítulos de CG&S constitui uma linearidade histórica para compreender o argumento do autor. Ao analisar cada capítulo, destaco atenção especial aos dois últimos capítulos sobre o negro brasileiro, por identificar neles a resposta para a questão da mestiçagem em Gilberto Freyre. Possibilitando, então, responder quem é o mestiço brasileiro, e como ele aparece na obra diante dos inúmeros termos que Freyre utiliza para nomeá-los.

A quarta seção se ampara nos estudos críticos para mostrar o contraponto do ideal de mestiçagem empregada por Freyre, que consagrou a concepção de democracia social e racial nos trópicos, propiciando divergências teóricas, conceituais e práticas, desenvolvidas ao longo dos estudos do Projeto Unesco no Brasil. A partir dos estudos críticos de alguns autores, foi possível identificar como tais críticas à obra de Freyre constatarem na concepção de mestiçagem apresentada por ele o empecilho ao pleno desenvolvimento racial, cristalizando no imaginário social uma identificação racial errônea com a realidade concreta do negro e mestiço brasileiro.

Portanto, dentro dos limites deste trabalho, esta pesquisa explora as conclusões presentes na obra de Gilberto Freyre, e traz como objeto o mestiço. É pertinente retornar

à *Casa-grande & senzala* para se compreender sociologicamente como as dinâmicas das teorias raciais, que tiveram tamanha influência nos séculos XIX e XX sob as interpretações da mestiçagem, foram “superadas” ou apaziguadas.

2 A QUESTÃO DA MISTIÇAGEM E O CONTEXTO CIENTÍFICO INTELLECTUAL

Falar sobre a questão da mestiçagem no Brasil, é falar sobre a questão racial e das relações raciais que foram desenvolvidas no país. As doutrinas raciais demonstram como a questão da diversidade racial do povo circundou inúmeras questões dentro e fora dos espaços científicos. Inclusive, suas conclusões foram heterogêneas a ponto de encontrarmos votos positivos e negativos acerca da miscigenação e de suas implicações ao país que galgava espaço entre os países modernos em busca de autonomia enquanto nação. Entender como o Brasil, nesse contexto, poderia ser no futuro, no presente e as implicações do passado era uma questão recorrente nos círculos sociais, nos quais a questão da mestiçagem e de seus frutos eram vistos como uma incógnita que pairava sobre o Brasil, como uma mazela a ser enfrentada. Ou como um castigo divino das impurezas que as Terras de Vera Cruz carregavam por conta do processo desenfreado que se sucedeu com o tráfico negreiro e exploração dos indígenas (SCHWARCZ; STARLING, 2018).

Por que a miscigenação era um problema? Esta pergunta, ao longo da segunda metade do século XIX e início do XX, foi sendo desenvolvida e respondida por inúmeros intelectuais de distintas maneiras, apoiados nas teses eurocêntricas baseadas no colonialismo, no evolucionismo e no racismo científico. Essas teorias surgem para vislumbrar uma percepção de que a mistura sanguínea de povos se constituía como um problema, pois não era possível prever quais implicações (negativas) resultariam desse processo, diferentemente da percepção de “pureza” racial (positiva) como os europeus se enxergavam e se autodenominavam. No caso do Brasil, essas teorias — apoiadas nos estudos dos naturalistas, médicos, antropólogos e biólogos, como Arthur de Gobineau, Georges Vacher de Lapouge e Cesare Lombroso — vieram para consolidar uma percepção negativa sobre o país, já que “o cruzamento de raças era entendido, com efeito, como uma questão central para a compreensão dos destinos da nação” (SCHWARCZ, 1993, p. 18).

Para falar sobre as ideologias raciais e teorias sobre a mestiçagem no Brasil, é necessário retomar como tais estudos foram sendo abordados pelas ciências naturais e biológicas europeias, que obtiveram influência no país. No momento de recepção dessas teorias no campo intelectual nacional brasileiro, elas faziam parte dos componentes científicos em voga. Portanto, assim como tais autores foram sendo utilizados pelos intelectuais brasileiros para justificar suas premissas, cabe expor de forma breve como tais teorias raciais e autores europeus trabalharam sobre a questão e foram interpretados no Brasil.

Carlos Lineu estabeleceu a classificação dos seres humanos em 4 espécies. Mas não foi responsável por estabelecer uma hierarquia entre elas. Isso coube a Arthur de Gobineau, que na segunda metade do século XIX, em seu livro, justificou as concepções da inferioridade da raça mestiça e negra, mas não somente delas, também da asiática e oriental. No seu principal livro, publicado no século XIX — *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*, datado de 1853 —, o autor apresenta ideias acerca da miscigenação, atrelando às raças “mistas” o motivo principal da queda das sociedades, sendo o fruto de seu atraso econômico, social, político, moral e, sobretudo, cultural. Para ele, a mistura racial é um feito que estabelece a diminuição da pureza racial, apagando o “gene” benéfico da raça pura, levando-o a caracterizar o mestiço como um ser degenerado.

Penso, portanto, que a palavra degenerar, quando aplicada a um povo, deve significar que este povo não tem mais o valor intrínseco que um dia possuiu, porque não tem mais em suas veias o mesmo sangue, cujo valor tem sido gradualmente modificado por sucessivas misturas; em outras palavras, que com o mesmo nome ele não manteve a mesma raça que seus fundadores; finalmente, que o homem da decadência, o chamado homem degenerado, é um produto diferente, etnicamente falando, do herói dos áureos tempos. (GOBINEAU, 2021, p. 53)

E conclui, afirmando de forma categórica no prefácio da segunda edição do livro: “estou satisfeito que as evidências fornecidas pela experiência demonstraram ainda mais a realidade da desigualdade das Raças” (GOBINEAU, 2021, p. 18). Nesse sentido, o autor refuta os estudos da época sobre a pré-história que negava seus argumentos acerca dos primeiros homínídeos encontrados no planeta, já que Gobineau parte de um pressuposto bíblico para afirmar o período histórico da terra. E demonstra que a inferioridade racial está atrelada ao meio e à raça, portanto o mestiço seria fruto da antítese negativa da

miscigenação. Seu livro se tornou base para os estudos raciais, propiciando interpretações negativas e racistas acerca da teoria racial sobre o mestiço no século XIX e XX, sobretudo no Brasil.

O autor ainda demonstra, não só a inferioridade, mas a esterilidade do mestiço no desenvolvimento de uma nação por carregar as diferenças genéticas das inúmeras raças que compõem sua mistura, estando fadado a perpetuar esse gene “ruim”. Gobineau afirma, a partir da distinção das três “grandes raças”, que a mestiçagem se incumbiu de mostrar o pior lado, pois a “[...]supremacia teria permanecido sempre com os melhores das tribos brancas, e as variedades amarelas e negras teriam rastejado eternamente aos pés das menores nações daquela raça” (GOBINEAU, 2021, p. 238).

Dessa forma, a obra de Arthur Gobineau foi utilizada para reforçar a concepção de raça ariana pura, o racismo científico, e ainda teve relevância sobre as teorias eugênicas, nas quais a superioridade da raça branca se faria de maneira inata às outras raças, alimentando a tese e a necessidade da eugenia.

No Brasil, as ideias de Gobineau vão influenciar intelectuais, como Oliveira Vianna, que por suas ideias racistas, defende a eugenia como solução para o problema brasileiro. Vianna afirma que a formação de uma nação forte e “moderna” só poderia ser obtida a partir da eugenia (RICUPERO, 2011). Suas ideias nas primeiras décadas do século XX vão ter bastante ressonância e adesão nos círculos sociais, apoiando-se nesses ideais, o autor consuma-se como um intelectual conservador que acreditava que a erradicação da população negra e mestiça seria a única, ou talvez, possível medida para o Brasil. Já que o autor em seu livro *Populações meridionais do Brasil*, publicado pela primeira vez em 1920 (VIANNA, 2005), deixa claro sua repulsa sobre os frutos da miscigenação: “são os mestiços, isto é, os mestiços inferiores, os ‘cabras’, os ‘pardos’, os ‘mamelucos’, os ‘curibocas’, oriundos do cruzamento de tipos étnicos menos ricamente providos de qualidades eugênicas” (VIANNA, 2005, p. 251-252) o motivo de atraso nacional.

Outros autores europeus, como Georges Vacher de Lapouge, Francis Galton e Cesare Lombroso vão contribuir para estas percepções formuladas por Gobineau. Lapouge e Galton² — este, considerado o pai da eugenia — vão utilizar o arianismo e a

² Francis Galton (1822-1911) era primo de Charles Darwin, ele utiliza as teorias de Gobineau e Darwin para ser um promotor da eugenia. Para Galton, segundo Wieviorka (2007), o autor vai hierarquizar as

pureza racial como base para formularem suas teorias sobre a eugenia, buscando o predomínio da raça branca e da erradicação das raças mestiças e negras. Assim como Lombroso, que enxergava no negro e no mestiço o gene advindo da mistura racial como sinônimo da criminalidade, pois o crime poderia ser observado de forma genética e hereditária a partir das composições maléficas do processo de degeneração racial, efeito da miscigenação (SCHWARCZ, 1993, p. 65). Cesare Lombroso destaca, em *O homem delinquente*, que “em geral, muitos criminosos têm orelha de abano, cabelos abundantes, barba escassa, sinos frontais e maxilares enormes, queixo quadrado e saliente, zigomas largos, os gestos freqüentes, em suma, um tipo aproximado do mongol, às vezes, do negro” (LOMBROSO, 2001, p. 248).

No Brasil, o fim da escravidão e as revoltas que antecederam a abolição em 1888 suscitavam questionamentos sobre o que resultaria com a população africana e negra que estava no país; quais saídas e medidas adotar? Como inibir a miscigenação, — um mal que vinha se espalhando ao longo das últimas décadas do século XIX? Desde os primeiros passos dos portugueses em solo tupiniquim, a miscigenação foi relatada sob documentos de inúmeros viajantes que vieram ao Brasil, cujas percepções mostravam um território desordenadamente diverso, indefinido racialmente e controverso nos costumes. Essa percepção foi se coadunando com as perspectivas de que as teorias científicas advindas da Europa, com forte teor evolucionista, determinista e biologizante, criavam e compreendiam as diferenças raciais a partir de aspectos morais, intelectuais e físicos, dando ares de legitimidade para que a questão da miscigenação fosse vista de maneira negativa pelos brasileiros a partir do referencial científico da época, como destaca Schwarcz:

[...] falar na raça parecia oportuno — já que a questão referendava-se empiricamente e permitia certa naturalização de diferenças, sobretudo sociais —, o mesmo tema gerava paradoxos: implicava admitir a inexistência de futuro para uma nação de raças mistas como a nossa. (SCHWARCZ, 1994, v. 8, p. 138).

Para a autora, a lógica dessas teorias e “o conjunto dos modelos evolucionistas não só elogiava o progresso e a civilização, como concluía que a mistura de raças

populações por raça em 24 tipos de níveis do mais alto para o mais baixo; atribuindo as colocações mais baixas para as populações negras em contraposição com a da raça branca nas posições A-B.

heterogêneas era sempre um erro, e levava à degeneração não só do indivíduo como de toda a coletividade” (SCHWARCZ, 1994).

O historiador e brasilianista americano Thomas Skidmore (1976, p. 69), ao fazer um estudo sobre a questão racial brasileira, mostra que três escolas foram cruciais para entender os modos como a intelectualidade brasileira pensaria raça. Sendo as escolas³ etnológica-biológica, histórica e do darwinismo-social. Quando “tomadas em conjunto, essas três escolas do pensamento racista influenciaram sobretudo os brasileiros que se davam ao trabalho de pensar a sério sobre o problema racial” (SKIDMORE, 1976, p. 69). Nessa mesma perspectiva, Nancy Leys Stepan (2004) destaca como a influência das teorias vindas de fora tiveram uma recepção fundamental para compreender como tais autores vão utilizar e perceber a circulação das ideias sobre a questão da mestiçagem e de sua identidade.

As dúvidas brasileiras quanto à identidade racial do país haviam sido reforçadas por interpretações racistas do Brasil vindas do exterior. Como nação culturalmente dependente, o Brasil era fortemente influenciado pelas idéias da Europa, da França em especial. [...] Os intelectuais tinham de lutar com o fato de que, em texto após texto de análises sociais e científicas européias, o Brasil era tido como um exemplo ideal da “degeneração” que ocorria em nações tropicais racialmente híbridas. (STEPAN, 2004, p. 338)

Se para os intelectuais que estavam pensando o Brasil não restava dúvidas acerca da negatividade do processo de miscigenação baseados nas justificações e premissas “científicas”, restou à população introjetar e reforçar estas ideologias (MOTA, 1978), vendo nos “mestiços”, “mulatos”, “mamelucos” e demais raças “degeneradas” o empecilho à modernidade. Como descreve Skidmore (1991), a ideologia assimilacionista defrontou-se, então, com um sério desafio quando as doutrinas do racismo científico alcançaram o Brasil após 1870:

Como poderiam os brasileiros reconciliar sua sociedade multi-racial e suas implícitas decorrências assimilacionistas com a “nova verdade”, segundo a qual o branco não apenas era absolutamente superior, mas estava diante de um perigo mortal, a que os supremacistas brancos da

³ Sobre as escolas e teorias raciais, ver: Chacon (1977), Corrêa (2013); Ortiz (2012), Skidmore (1976) e Wieviorka (2007).

América do Norte e da Europa chamavam de hibridização?
(SKIDMORE, 1991, p. 07).

A imagem que o Brasil passava para as camadas estrangeiras representava, naquele momento, a curiosidade e exotismo dos naturalistas e viajantes querendo ver essa indefinição racial e étnica a olho nu. Diversos viajantes vieram ao Brasil, e concluíram que a miscigenação aqui era desenfreada, pois não havia uma unidade racial pura e muito menos controle sobre esse processo (LEITE, 1969; SCHWARCZ, 1993).

Após a abolição da escravidão e a instauração da Primeira República no Brasil em 1889, as teorias raciais já estavam, então, consolidadas no consenso intelectual e científico, sendo a vez de o Estado atribuir à miscigenação o status de um mal a ser combatido. O Estado entra em cena buscando apagar os registros, como fez o ministro da fazenda Rui Barbosa, ao queimar os arquivos correspondentes à escravidão no país, como descreve Octávio Ianni: “[...] na circular nº 29, de 13 de maio de 1891, o governo manda que se queime toda documentação relativa à escravidão no Brasil. Tratava-se de apagar da memória histórica das gentes a funesta instituição” (IANNI, 1980, v. 2, p. 13). Porém há nessa afirmação um pouco de mitificação como descrevem Assunção e Vieira: a “queima dos arquivos” é um mito que ainda paira sobre o imaginário social e das doutrinas raciais, pois, segundo os autores, “[...] se tratava somente de documentos de uma repartição, sobretudo das matrículas de escravos criadas pela Lei do Vente Livre (1871), cuja destruição dificultaria qualquer exigência de indenização por parte dos ex-proprietários de escravos” (ASSUNÇÃO; VIEIRA, 1998, v. 34, p. 86). Dessa forma, o mito se estabelece como uma questão recorrente nos estudos das teorias raciais, e eles são criados e reforçados com fins de inviabilizar os estudos sobre o tema. Dizem os autores que “[...] apesar desta queima, existem toneladas de documentos que se referem à escravidão, espalhados por todos os estados brasileiros” (ASSUNÇÃO; VIEIRA, 1998, v. 34, p. 86).

Na concepção dos intelectuais, como destaca Schwarcz (1993), a última década do século XIX e a iminência do século XX implicavam mudanças no plano político, social e cultural do Brasil, porém o obstáculo da miscigenação impedia as transições que levariam ao modelo de “modernidade”. Criam-se, então, mecanismos para justificar e deixar clara a inferioridade do negro e do mestiço com a frenologia e a antropometria,

métodos utilizados pelas Escolas de Medicina da Bahia e Rio de Janeiro, e pelos antropólogos que compactuavam com as teorias do darwinismo-social e do eugenismo.

A frenologia e a antropometria, ambos métodos pseudocientíficos, mas em voga naquele contexto, auxiliaram no processo de caracterização da mestiçagem como um mal, atrelando ao tamanho do crânio e das dimensões físicas propriedades para justificar a inferioridade do mestiço e das demais raças que não fossem a branca. Como comumente acreditavam “[...]alguns teóricos, o tipo físico do criminoso era tão previsível que seria possível delimita[r] de forma objetiva” seus “possíveis” crimes a partir dessas classificações (SCHWARCZ, 1993, p. 216).

Autores como Nina Rodrigues, médico maranhense que foi professor da Escola de Medicina da Bahia, concluiu em sua obra *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, publicado em 1894, que o negro teria pré-disposições ao crime, e que, portanto, seria necessário criar um código penal diferente para negros e mestiços que tinham essa propensão à criminalidade. As ideias de Nina Rodrigues vão ser fortemente guiadas pelas teorias raciais, e que posteriormente seriam seguidas por médicos, advogados, e cientistas da época, baseando suas argumentações nas respostas dadas pelo médico maranhense.

Essas correntes foram utilizadas pelos intelectuais brasileiros em diferentes contextos, seja para mostrar as diferenças inatas entre brancos, negros e mestiços; ou para contextualizar como os índices de criminalidade estavam associados aos dados corporais da mesma população, ou para destacar a insalubridade que o negro e o mestiço carregavam, optando pela esterilização eugênica para acabar com este “problema”.

No plano político, o Estado brasileiro adota uma posição que vai ao encontro da tese apresentada por João Batista Lacerda no primeiro Congresso Internacional de Raças, ocorrido em Londres, em 1911, enquanto representante do Museu Nacional. Diz ele:

La population mixte du Brésil devra donc avoir, dans un siècle, un aspect bien différent de l'actuel. Les courants d'immigration européenne, augmentant chaque jour davantage l'élément blanc de cette population, finiront, au bout d'un certain temps, par suffoquer les éléments chez lesquels pourraient persister encore quelques traits du négre. (LACERDA, 1911, p.19)⁴

⁴ Tradução livre: “A população mista do Brasil, terá, portanto, que ter, em um século, um aspecto muito diferente do atual. As correntes de imigração europeia, aumentando a cada dia, o elemento branco desta população terminará, depois de um certo tempo, por sufocar os elementos em que ainda persistir algumas características do negro.” (LACERDA, 1911, p. 19, tradução nossa).

A agenda empreitada nesse processo foi de incentivar a imigração de europeus brancos a fim de branquear a população, uma política de embranquecimento que erradicaria o problema brasileiro.

Ademais, durante o período alto do pensamento racial — 1880 a 1920 — a ideologia do “branqueamento” ganhou foros de legitimidade científica, de vez que as teorias racistas passaram a ser interpretadas pelos brasileiros como confirmação das suas idéias de que a raça superior — a branca — acabaria por prevalecer no processo de amalgamação (SKIDMORE, 1976, p. 63).

E que acabou, segundo Skidmore, a concretizar nos homens de pele escura uma ideologia de escolha de parceiros(a), pois “o ideal do ‘branqueamento’ — assim como o sistema social tradicionalista — ajudou a influir entre os homens de pele escura na sua escolha de cruzamento racial e de ter o mesmo ativo papel na reprodução” (SKIDMORE, 1976, p. 62).

Pode parecer ingenuidade, mas a aceitabilidade destas teorias ia ao encontro da conveniência das elites nacionais da recém República formada, já que a mão de obra escrava tinha sido “erradicada”, restava, então, contratar e incentivar a vinda de mão de obra de europeus, como os italianos e espanhóis. Fundamentava-se numa via de mão dupla, pois ao mesmo tempo que vinham ao Brasil trabalhar, acreditava-se que também, ao ter filhos de mestiços e de negros, em poucas gerações apagariam o gene negro, num processo de embranquecimento. Portanto a passividade, em certa medida, de contestação das teorias advindas, principalmente da Europa e dos Estados Unidos naquele contexto, proporcionava a manutenção das relações de poder e das estruturas vigentes, mesmo após a instauração da República.

Assim também começam a se desenhar os traços do que seria a construção de uma identidade brasileira. Esta negatividade acerca da miscigenação acabou dando brechas para outras perguntas: *o que era o brasileiro? O que nos diferenciava enquanto nação?* Como descreveram Dante Moreira Leite (1969), Maria Isaura Pereira de Queiroz (1989), Lilia Schwarcz (1994, 1996) e Renato Ortiz (2012), era necessário criar uma história para o país que a pouco havia se tornado República, e que precisava encontrar conexões para o ideal de nação a partir de uma história que unificasse e desse sentido para o sentimento

de pertencimento dos brasileiros. Porém começa-se a congregar uma identidade que negava o período escravocrata como bem salienta Souza (2007):

[...] a identidade nacional toma a tradição como fundamento, toda tradição é uma escolha feita com base em um repertório histórico. Determinados acontecimentos, locais e personalidades são selecionados e transfigurados de forma a se enquadrar em um corpo de tradições que recolhe o passado e o guarda, mas não de forma aleatória, nem inocente [...] (SOUZA, 2007, p. 18).

Do ponto de vista de alguns intelectuais, a identidade que formava a brasilidade tinha traços bárbaros, fetichistas e que impediriam o progresso da nação. Como salienta Maria Isaura Pereira de Queiroz (1989), não haveria traços culturais homogêneos que fossem vistos e adotados de maneira unívoca por todos, comungando uma visão coletiva de mundo, porém “[...] estes cientistas sociais acusavam a persistência de costumes bárbaros, aborígenes e africanos, de serem obstáculos impedindo o Brasil de chegar ao esplendor da civilização européia” (QUEIROZ, 1989, v. 1, p. 30).

As correntes literárias, a seu modo, tentaram e incorporavam aspectos da cultura para edificar o que seria a cultura brasileira autêntica como ficou bem caracterizado no *indigenismo*, sobretudo nos textos de José de Alencar – *Iracema e o Guarani*, e em Gonçalves Dias. Como demonstra Dante Moreira Leite, “o indianismo apresentava uma imagem positiva do povo brasileiro: amor à liberdade, apego à terra e a valores individuais” (LEITE, 1969, p. 171).

Foi-se na busca por semelhanças e características que pudessem ser vistas de maneira simbólica como pertencentes à brasilidade. O Estado brasileiro passou a buscar, também na cultura, aspectos que fossem tidos como homogêneos para a construção de uma identidade nacional, tipicamente brasileira. Seja no indígena, no negro, no branco abasileirado ou no mestiço, a busca por símbolos nacionais foi o que ligou as novas formas de construção dessa identidade (SCHWARCZ, 1993). Se na literatura, o índio entra como elemento, em um primeiro momento, sobre as características de um possível modo de ser brasileiro, o negro aparece ainda de maneira pessimista e tímida, como fica gravado em um dos trabalhos da segunda década do século XX — em *Macunaíma*, de Mário de Andrade, a representação do brasileiro mestiço entra em cena ao apresentar as características do que ele seria.

Se até então o negro aparece como a figura indolente que carrega traços do crime, como afirmaria a frenologia, a antropologia física e os estudos de Nina Rodrigues, o mestiço passa a ser (re)conhecido como o produto inacabado de um processo ainda em curso: o branqueamento.

As teorias raciais chegaram tardiamente ao Brasil, e começam a perder força, mesmo que de maneira incipiente, nas primeiras décadas do século XX, buscando-se então, compreender, a partir da cultura, aspectos da singularidade do brasileiro. Se para as Escolas de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, os negros e mestiços eram vistos de maneira pessimista, partindo até para questões sanitárias de higienização (SCHWARCZ, 1993), vai ser na revisão desta mesma literatura, segundo alguns intelectuais, como Gilberto Freyre, que o mestiço e o negro começam a aparecer como figuras chaves para se pensar o Brasil, agora de maneira otimista.

A concepção de mestiço e identidade nacional, então, passa por essas ideias pessimistas e acaba, nas primeiras décadas do século XX, sofrendo transformações de ordem conceitual e teórica, apontando para novas formas de compreensão a partir de aspectos que antes não eram levados em conta. Se os literatos viam nos indígenas traços para a singularidade do brasileiro, o mestiço e negro, a partir de sua cultura, começam a ser ressignificados a partir da segunda década do século XX.

Ao longo dessa década, os estudos vinculados à antropologia criminal, aos estudos frenológicos passam a receber duras críticas: “começa a insinuar-se um discurso crítico à antropologia criminal e às suas formulações deterministas, um discurso a princípio tímido, mas que tenderá a ganhar força ao retomar o problema nacional retirando-o do domínio exclusivo da raça” (SCHWARCZ, 1993, p. 218). É a partir dessas novas perspectivas e do declínio das teorias raciais que alguns intelectuais vão basear suas novas justificativas nas concepções dos estudos culturais advindos dos Estados Unidos. Dessa forma, as manifestações culturais dos negros e mestiços puderam ser consideradas como possíveis manifestações típicas da identidade brasileira (CORDEIRO, 2020).

No conjunto de correntes que compõem as manifestações negativas e positivas acerca do tema racial, e da questão da miscigenação, irá se destacar o pensamento de Gilberto Freyre. Data de 1933 a publicação da sua obra principal — *Casa grande & senzala* —, com a qual nos ocuparemos na próxima seção. A partir de análise de conteúdo

e discurso, pudemos identificar no *corpus* da obra, a maneira como o autor tratou a questão da mestiçagem no processo de formação do Brasil.

3 CASA-GRANDE & SENZALA: e a interpretação do mestiço brasileiro

Esta seção pretende identificar como Gilberto Freyre argumenta, compreende e identifica na miscigenação o equilíbrio entre antagonismos que estão na base de formação do Brasil. Inicialmente, ele parte de um debate biológico que estava em voga na época, conforme discutimos na seção 2, para uma argumentação, cuja pretensão era evidenciar a contribuição da cultura e do social como formas de identificar na miscigenação uma compreensão sociológica, antropológica e histórica dos feitos e efeitos deletérios ou benéficos do modelo de colonização que se implementou no Brasil.

3.1 Vida e obra de Gilberto Freyre

Tornei-me um tanto sociólogo, por um lado, pela curiosidade em torno do que é social no mundo, por outro, pelo interesse do que é social em mim próprio; na minha família, na minha casa, no meu passado.

Gilberto Freyre (1968, p. 43)

Falar sobre Gilberto Freyre expõe uma série de ambiguidades que a vida do intelectual, historiador, sociólogo e antropólogo comportou. Não gostava desses títulos, muito menos os acadêmicos. Embora, como descreve em *Como e porque sou e não sou sociólogo* (FREYRE, 1968), preferisse com mais frequência o título de escritor, talvez para se afastar da burocracia acadêmica que tanto odiava, mas orgulhava-se da formação que obteve, dos muitos títulos e prêmios que recebeu durante a vida.

Gilberto Freyre foi um pernambucano pertencente a uma das famílias oriunda da antiga aristocracia canavieira, considerada de classe média alta, porém empobrecida. Nasceu em Recife, no dia 15 de março de 1900. Teve uma alfabetização tardia, posto que seu gosto estava voltado apenas para os desenhos e para a arte. (LARRETA; GIUCCI, 2007; PALLARES-BURKE, 2005). Diferentemente do habitual, Freyre aprendeu pelo inverso; primeiro aprendeu inglês e posteriormente português. Seu pai, além de professor de economia política na Faculdade de Direito do Recife, foi juiz e professor da Escola

Batista do Recife, optando a família por matriculá-lo nesta escola, onde ele se forma em 1918, com diploma em ciências e letras, como era característico da escola, e foi por esse motivo que “os Freyre escolheram a Escola Batista para seus filhos, em razão do alto padrão acadêmico e de métodos inovadores [...]” (BURKE; PALLARES-BURKE, 2009, p. 37).

Por intermédio de instituições parceiras da Escola Batista, vai para os Estados Unidos no final da Primeira Guerra Mundial, em 1918, para completar seus estudos. Essa ida aos Estados Unidos vai possibilitar-lhe respirar novos ares intelectuais; Recife já se tornava pequena diante das aspirações do jovem Gilberto Freyre. Nos EUA, seu destino foi a universidade de Baylor, no Texas, onde se forma em Ciências Jurídicas e Sociais. Nessa época, começa a escrever para o Diário de Pernambuco, mostrando o que havia de mais novo intelectualmente na América do Norte.

Nesse processo de estudos, depois de se formar, resolve prolongar sua estada nos EUA. Em 1921, vai para Nova Iorque estudar em Columbia, onde realiza sua pós-graduação. Em plena década de 1920, os estudos culturais americanos estavam em alta no contexto científico, Freyre se vislumbra pelas aulas dos professores ingleses e americanos, e apoia-se na teoria culturalista do professor Franz Boas. Defende seu trabalho em 1922, sob o título de *Social Life in Nineteenth-Century Brazil*⁵, com o qual recebe o título de *Master of Arts*, orientado por Franz Boas.

Em 1927, torna-se oficial do gabinete do governador de Pernambuco, Estácio Coimbra. Em 1928, por indicação, torna-se oficializado professor da primeira cadeira de sociologia na Escola Normal de Pernambuco. Diante das instabilidades políticas, exila-se na década de 1930, junto com o então governador de Pernambuco, em Portugal, onde começa a sistematizar os primeiros estudos que dariam origem a sua grande obra, *Casa-grande & senzala*.

Ela faz parte de um conjunto de quatro obras que buscava fazer uma história completa da família brasileira sob o regime patriarcal. CG&S se desdobra aos séculos XVI e XVII sob o Brasil colônia; sua segunda obra, *Sobrados e mucambos*, lançado em 1936, mostraria o rompimento dos áureos tempos das oligarquias rurais para o processo

⁵ Tradução Livre: “Vida social no Brasil em meados do século XIX”, que só vai ter sua primeira publicação em português em 1964.

de ruína e desestruturação do campo para a cidade, no que o autor chama de rurbanização, sendo compreendida no período do século XVIII.

A terceira obra intitulada de *Ordem e progresso*, publicada em 1959, mostraria a Primeira República no Brasil e seus antecedentes, mostrando como se deu a transição e desagregação da estrutura do senhor rural para a figura do bacharel, circunscrita no início do século XIX. A última obra que completaria o balanço da história da família e do sistema colonial, não chegou a ser lançada, mas já tinha título *Jazigos e covas rasas*, em que Freyre destacaria a ruína das gerações e, sobretudo, da família patriarcal que não existiria mais no complexo modo da modernidade.

Esses livros formariam a quadrilogia de estudos que Freyre se debruçou ao longo da vida para acentuar a extrema importância da família patriarcal e da miscigenação como traço constitutivo da história do Brasil e do sistema colonial brasileiro.

3.2 Casa-grande & senzala

CGS dá a impressão de ter sido escrito justamente para acentuar a extrema heterogeneidade que caracterizaria a colonização portuguesa, ressaltando basicamente a ativa contribuição de diversos e antagônicos grupos sociais na montagem da sociedade brasileira.

Ricardo Benzaquen de Araújo (1994, p. 53)

Ao publicar CG&S, Gilberto Freyre vai colocar diante dos intelectuais brasileiros, que estavam pensando a questão racial, um olhar diferenciado sobre a mestiçagem. Outros pensadores como Sylvio Romero e Roquette Pinto que, a seu modo, também pensaram a mestiçagem a partir de outros critérios e perspectivas, não chegaram a mudar significativamente o grande problema do Brasil, isto é, sua natureza mestiça como entrave para seu desenvolvimento e civilização. É nessa obra, especificamente, que Freyre busca e acredita ter encontrado o cerne do processo de “criação” do brasileiro ainda no período colonial. O autor descreve que seria neste momento histórico que o brasileiro estaria se constituindo racialmente, culturalmente e politicamente devido às “amalgamações” que foram acontecendo entre as raças formadoras (FREYRE, 2006).

Em CG&S, Freyre se debruça sobre a família patriarcal, fruto da formação e do processo de colonização portuguesa no Brasil. Para ele, a formação da família brasileira se deu sobre os moldes do patriarcalismo. A concepção de *pater* define como a figura paterna, do coronel senhor, vai ser um dos pilares para a constituição da família no período colonial. O autor parte de uma microssociologia da vida cotidiana e íntima (ARAÚJO, 1994; CHACON, 1993; 2001; BASTOS, 2006) para esmiuçar como a casa-grande e a senzala formaram dois núcleos antagônicos no processo de explicação da realidade brasileira.

Essa forma de explicação a partir de antagonismos entre perspectivas dissonantes, e na maioria das vezes impossíveis de conciliar-se, na visão de Gilberto Freyre, confirmaria a tese de que a vida íntima das famílias patriarcais e oligarcas conviviam de maneira síncrona com a senzala. O que se tem é o encontro de dois mundos, representados pela casa grande, por um lado, e pela senzala do outro. O mundo do branco, dominador, sádico; e o mundo dos não-brancos, especialmente dos negros, dominado, “primitivo”, masoquista.

Diante das inúmeras questões que rodeiam a obra de Freyre, sobretudo em CG&S, o autor estabelece uma linha de pensamento sobre a importância da cultura afro-brasileira e negra para constituição do país. E a miscigenação seria um dos tecidos mais inquietantes para investigação da formação do brasileiro.

Creio que nenhum estudante russo, dos românticos, do século XIX, preocupou-se mais intensamente pelos destinos da Rússia do que eu pelos do Brasil na fase em que conheci [Franz] Boas. Era como se tudo dependesse de mim e dos de minha geração; da nossa maneira de resolver questões seculares. E dos problemas brasileiros, nenhum que me inquietasse tanto como o **da miscigenação** (FREYRE, 2006, p. 31, grifo nosso).

Ao se propor estudá-la, Freyre se depara com a necessidade de explicar a mestiçagem não mais pela raça, mas pela cultura. A posição de Freyre é inovadora em relação às teorias da época, pois elas tomavam a ideia de “raça biológica” para explicar o passado, o presente e o futuro, nada promissor, do Brasil. Para Elide Rugai Bastos (2006, p. 73), “o ensaísmo da década de 1920 herda este pano de fundo”.

É certo que Gilberto Freyre, ao abordar a temática que atravessa sua obra, expressa a problemática colocada pelo seu tempo. Assim, dialoga com aqueles intelectuais que, nas décadas imediatamente anteriores, buscaram apontar os problemas do país e procurar soluções para os mesmos (BASTOS, 2006, p. 59).

Gilberto Freyre destaca em CG&S as características gerais da formação do brasileiro. São cinco capítulos que compõem a obra, que na sequência abordam: o português, o indígena, o negro, o mestiço e a sexualidade. Em cada capítulo da obra, Freyre vai colocar em prática seu arcabouço histórico, sociológico e antropológico para pensar como a “raça brasileira” vinculada à miscigenação foi se constituindo, a partir de características culturais e sociais para além da perspectiva biológica.

Na introdução da primeira edição de CG&S, há uma passagem clássica para se pensar a visão de Freyre sobre a mestiçagem. Refere-se à cena dos marinheiros que ele avistou na América do Norte:

Vi uma vez, depois de mais de três anos maciços de ausência do Brasil, um bando de marinheiros nacionais — mulatos e cafuzos — descendo não me lembro se do São Paulo ou do Minas pela neve mole do Brooklyn. Deram-me a impressão de caricaturas de homens. E veio-me à lembrança a frase de um livro de viajante americano que acabara de ler sobre o Brasil: ‘the fearfully mongrel aspect of most of the population’. A miscigenação resultava naquilo. (FREYRE, 2006, p. 31)

A célebre passagem demonstra como o autor iria guiar sua análise a respeito do Brasil mestiço e a população brasileira. Ao introduzir uma clara posição racista ao falar dos mulatos e cafuzos, o autor sugere explicá-la posteriormente nos capítulos do livro sobre como as relações raciais no país se sucederam, e como a compreensão disso é resultante dos processos sociais e não apenas do biológico.

Ricardo Benzaquen de Araújo confirma a ideia de que esta passagem veio para introduzir a questão racial e mostrar como a teoria culturalista iria se afastar do ponto de vista biológico para o cultural e social, sendo abordado como chave da interpretação culturalista de Gilberto Freyre (ARAÚJO, 1994).

Em passagem seguinte, Gilberto Freyre deixa claro como a perspectiva boaziana iria guiar sua interpretação, ressaltando como a figura de Franz Boas foi fundamental para o que CG&S iria explicar e defrontar-se: a miscigenação como traço cultural e social.

Foi o estudo de antropologia sob a orientação do professor Boas que primeiro me revelou o negro e o mulato no seu justo valor — separados dos traços de raça e os efeitos do ambiente ou da experiência cultural. Aprendi a considerar fundamental a diferença entre raça e cultura; a discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e os de influências sociais, de herança cultural e de meio. Neste critério de diferenciação fundamental entre raça e cultura assenta todo o plano deste ensaio. (FREYRE, 2006, p. 32)

Nesse sentido, Freyre destaca, no prefácio da primeira edição de sua obra, o sentido de sua análise que era se contrapor às interpretações correntes, mostrando os “problemas” da sociedade brasileira tipicamente vinculados à raça e a biologia, agora pela ótica da cultura e do social. E que, portanto, a miscigenação no Brasil teria “aproximado e corrigido a distância social entre senhores e escravos” diferentemente do que evocavam os estudos daquele período sobre a situação brasileira (FREYRE, 2006, p. 33).

Ao buscar se diferenciar das análises correntes, o autor compreende, a partir das dinâmicas que estavam no cotidiano da vida da casa grande e a senzala, os reais dilemas para a “degeneração” da raça brasileira. A imagem que o marinheiro causa em Gilberto Freyre vai ser explicada a partir de outros critérios: “[...]não eram simplesmente mulatos ou cafuzos os indivíduos que eu julgava representarem o Brasil, mas **cafuzos e mulatos doentes**” (FREYRE, 2006, p. 31, grifo nosso).

Mas que dilemas poderiam ser elencados para compreender as “mazelas” da população para além da raça e da mestiçagem? Freyre, a partir de dados heterogêneos de receitas de cozinhas a diários de relatos, que não eram utilizados como aparatos metodológicos, buscou compreender, a partir de algumas circunstâncias presentes na realidade do período colonial, a explicação para tais “problemas do Brasil”, entre eles a má alimentação.

A pista que Freyre deixa ao caracterizar os cafuzos e mulatos como doentes, não seria igual às respostas que comumente os estudos davam: doentes devido à miscigenação, à raça degenerada que a mestiçagem incumbia, aos traços genéticos que a “cacogenia”⁶ alinhada ao que os estudos biológicos enunciavam. Gilberto Freyre discorda

⁶ Gilberto Freyre destaca que a “cacogenia”: degeneração da raça por má seleção dos pais ou reprodutores. Ainda muito influente nos estudos sobre eugenia estavam mostrando os “traços e taras” (FREYRE, 2006, p. 32) a partir de uma única visão, a biológica. Mas que deveria associar-se e observar a partir das “[...]condições econômicas e sociais, favoráveis ou desfavoráveis ao desenvolvimento humano”.

e mostra que o déficit nutricional, a alimentação pobre e escassa é que seria a resposta da passagem e pista que destaca ainda no prefácio. A alimentação no período colonial era pobre, e os mulatos e cafuzos doentes devido à desnutrição causada pelos alimentos, muita das vezes, vencidos e mal conservados devido ao clima e condições do Brasil colônia. Compreendendo que “muito da inferioridade física do brasileiro, em geral atribuída toda à raça, ou vaga e muçulmanamente ao clima, deriva-se do mau aproveitamento dos nossos recursos naturais de nutrição” (FREYRE, 2006, p. 95).

A percepção do regime alimentar seria um dos fatores observados pelas culturas desse período e do próprio desenvolvimento do colono português, do africano e do indígena no Brasil, sendo o “sistema de alimentação [que] teria uma importância considerável na diferenciação dos traços físicos e mentais dos descendentes de imigrantes” (FREYRE, 2006, p. 35). Em outras palavras, o autor destaca que o colono português com sua plasticidade e adaptabilidade nas condições dos trópicos teve que se adequar ao regime alimentar e produtivo que aqui se conservava.

Mas não somente isso, a influência rica e benéfica do regime alimentar dos indígenas e da população africana foi substancial para amenizar o problema da nutrição. Mas é da questão alimentar também que muito da decadência do brasileiro se sucedeu. Freyre desconstrói a imagem de que o sistema colonial era farto, de que os colonos da casa-grande seriam sempre vistos com mesas e banquetes sempre à espera de seus deleites (FREYRE, 2006).

Gilberto Freyre também destaca as influências que estavam no cotidiano da vida, não só do colono, mas do escravizado, do indígena e, sobretudo, do mestiço. A falta de mulheres brancas teria criado no período colonial

zonas de confraternização entre vencedores e vencidos, entre senhores e escravos. Sem deixarem de ser relações — as dos brancos com as mulheres de cor — de “superiores” com “inferiores” e, no maior número de casos, de senhores desabusados e sádicos com escravas passivas, adoçaram-se, entretanto, com a necessidade experimentada por muitos colonos de constituírem família dentro dessas circunstâncias e sobre essa base (FREYRE, 2006, p. 33).

Essas zonas de confraternização tiveram espaço junto com a sífilis na formação da sociedade brasileira. Segundo Gilberto Freyre, a sífilis andava lado a lado com a prática do colonizador. A ausência da mulher branca no início da colonização, e a forma

como Portugal mandava os primeiros portugueses ao Brasil, deu espaço para que ocorresse a proliferação da sífilis como uma prática comum, em que se “costuma[va] dizer que a civilização e a sifilização andam juntos: o Brasil, entretanto, parece ter-se sifilizado antes de se haver civilizado” (FREYRE, 2006, p. 110, grifo nosso). Freyre ressalta que “de todas as influências sociais talvez a sífilis tenha sido, depois da má nutrição, a mais deformadora da plástica e a mais depauperadora da energia econômica do mestiço brasileiro” (FREYRE, 2006, p. 110).

O modo como se sucedeu a colonização no Brasil pelos portugueses, segundo Gilberto Freyre, seria elencado como um dos motivos para as características específicas do processo de povoamento nos trópicos. A monocultura é descrita como laço da estrutura econômica e da estrutura social vinculada à família e ao tom sexual da miscigenação.

No Brasil, as relações entre brancos e as raças de cor foram desde a primeira metade do século XVI condicionadas, de um lado pelo sistema de produção econômica — a monocultura latifundiária; do outro, pela escassez de mulheres brancas, entre os conquistadores (FREYRE, 2006, p. 32).

A monocultura estabeleceu duas funções primordiais que acentuaram a extrema desigualdade no período auge do sistema colonial: 1) a manutenção da estrutura das classes dirigentes e seu poderio, contribuindo na concentração dos latifúndios, o que pautou a moral e a sexualidade em um modo parecido ao do poder utilizado pelo sistema feudal (FREYRE, 2006, p. 51); 2) as circunstâncias climáticas e históricas dos latifúndios sustentados pela cultura da cana de açúcar. Para ele, a monocultura teve uma função social na prosperidade do sistema colonial como um todo, porém teve suas particularidades em determinadas regiões do Brasil, com seus lados positivos e negativos.

No Brasil colônia, desenvolveram-se relações de trabalhos voltadas para a cana de açúcar. A monocultura girava em torno da estrutura patriarcal e latifundiária, e esta se mantinha a partir daquela. Em torno da monocultura canavieira, giravam as várias instituições sociais, desde as mais básicas, como o regime alimentar e o esgotamento do solo, até as mais complexas, como a estrutura de poder. Para Freyre, a casa-grande aglutinava a economia, a política, a cultura e a religião numa espécie de micro país autônomo sob o comando do patriarca. Funcionava como banco, igreja, tribunal, cadeia etc.

Além da sífilis, da monocultura, das relações sádicas, a religião católica, segundo Freyre, serviu como justificativa moral para a exploração escravocrata por meio da catequização e doutrinação. A análise de Freyre mostra como a questão da mestiçagem passava por elementos amplos da realidade social, o que envolvia desde as relações sexuais, passando, obviamente, pela raça, chegando à economia, religião, política, regimes alimentares, saúde etc.

Dentro desse quadro explicativo, faz-se pertinente dedicarmos algumas linhas à ideia de “plasticidade” (FREYRE, 1947; 2006). Segundo o autor, os povos da Península Ibérica tinham uma plasticidade biológica, social e cultural devido aos processos históricos que favoreceram essa espécie de “predisposição”.

Vários antecedentes dentro desse [caráter português] de ordem geral — bicontinentalidade, ou antes, dualismo de cultura e de raça — impõem-se à nossa atenção em particular: um dos quais a presença, entre os elementos que se juntaram para formar a nação portuguesa, dos de origem ou estoque semita, gente de uma mobilidade, de uma plasticidade, de uma adaptabilidade tanto social como física que facilmente se surpreendem no português navegador e cosmopolita do século XV (FREYRE, 2006, p. 69, grifo nosso).

A bicontinentalidade e a plasticidade mobilizariam Gilberto Freyre a descrever como o processo de miscigenação, no Brasil, teve suas características *sui generis* devido ao encontro fatalista do português, do indígena e do africano, povos com algum grau de predisposições históricas e sociais vinculadas às três culturas: “[...] o português sempre pendeu para o contato voluptuoso com mulher exótica. Para o cruzamento e miscigenação. Tendência que parece resultar da plasticidade social, maior no português que em qualquer outro colonizador europeu” (FREYRE, 2006, p. 265).

A plasticidade foi uma força que orientou o contato entre as três culturas formadoras, levando-as a originar a cultura brasileira. Nem portuguesa, nem indígena, muito menos africana. Ela carrega as origens das três, mas se moldou e aperfeiçoou com tamanha mobilidade que teria traços próprios devido aos processos históricos. Como afirma Fernando Henrique Cardoso no prefácio ao livro de CG&S, a plasticidade, tão presente na obra de Freyre, aparece mais como uma vantagem do que como malefício diante das consagrações culturais que o encontro das três culturas efetivou (CARDOSO, 2006).

Kabengele Munanga descreve que a ideia de mestiçagem sempre foi uma lacuna tanto conceitual, histórica e, sobretudo, biológica. A falta de conceituação possibilitou novas interfaces de entendimento sobre os efeitos biológicos, e que não haveria um “termo geral capaz de recobrir a diversidade dos casos de hibridade, sendo o termo mestiço reservado somente à mistura espanhol/índio e mulato, à mistura branco/negro.” (MUNANGA, 2020, p. 26).

É a partir dessas características elencadas que Freyre destaca ter encontrado as respostas para a pergunta sobre a mestiçagem no Brasil. Nos cinco capítulos que compõem a obra, ele destaca os efeitos gerais que permearam a vida colonial, como o debate pautado na raça como biologia cederia para outra concepção que, apesar de não desprezar os aspectos biológicos, ia mais além, olhava para o social, cultural, econômico, ecológico e político.

A raça poderia ser entendida pelos aspectos culturais e sociais, e não mais pelos efeitos puramente biológicos que suscitavam o debate. Munanga (2020, p. 25-26, grifo nosso) mostra como a “visão raciologista da mestiçagem combinada ao determinismo biológico desembocou no alargamento do seu campo conceitual”, porém não levava em consideração outros elementos que estariam interligados e que “possibilita[riam] distinguir a mestiçagem biológica — a miscigenação — das interações sociais que dão lugar a situações de transculturação”. Sendo, portanto, CG&S uma contribuição inegável à desconstrução da ideia de raça biológica, entendida como branca, negra e indígena, o que levou a discussão para outro tipo de raças: as “raças sociais”, das quais os mestiços, mulatos, mamelucos, cafuzos não poderiam ser excluídos. Elas são frutos, não da troca de genes, mas dos caracteres sociais, culturais e históricos que marcaram o processo de colonização do Brasil.

Seguindo essa ideia, a cronologia dos capítulos de CG&S demonstraria não apenas como se deu o processo de colonização no Brasil, mas as especificidades que estavam nas relações sociais e, sobretudo, raciais, haja vista a maneira como a miscigenação e o contato interétnico foram pautados, primeiramente com as índias, e posteriormente com as mulheres negras.

O primeiro capítulo busca compreender as características gerais da formação do português no Brasil, destacando como o português melhor se adaptou aos trópicos do que os espanhóis, italianos e ingleses. Essas características, segundo Freyre, deram-se devido

à bicontinentalidade do português, cujo passado étnico e cultural é indefinido, com raízes na África.

Gilberto Freyre rompe com a argumentação de que os primeiros portugueses a vir para o Brasil faziam parte da elite, pelo contrário, o requisito principal era a fé: bastava ser católico. Descontrói a noção de que o português que veio para o “trato colonizador” foi previamente selecionado; muitos vieram quase que expulsos por cometerem crimes ou por não ter nenhum meio de ascender socialmente em Portugal, vieram sob a única e exclusiva identificação: angariar terras e posses em uma região cujo clima não era muito diferente da terra natal. Sendo “verdade que muitos dos colonos que aqui se tornaram grandes proprietários rurais não tinham pela terra nenhum amor nem gosto pela sua cultura” (FREYRE, 2006, p. 85).

O capítulo dois versa sobre a formação brasileira a partir dos indígenas no Brasil colônia, Gilberto Freyre destaca a mulher índia como base da estrutura familiar indígena, que “[...] sob o ponto de vista da organização agrária em que se estabilizou a colonização portuguesa no Brasil, maior foi a utilidade social e econômica da mulher que a do homem indígena” (FREYRE, 2006, p. 185), isso, devido às resistências que as culturas indígenas tinham frente aos mandos da colonização portuguesa. Mas destaca que frente à colonização espanhola que ocorreu em algumas partes do Nordeste, a portuguesa era muito mais maleável e que a mulher indígena que “fundou-se e desenvolveu-se através dos séculos XVI e XVII o grosso da sociedade colonial, em um largo e profundo mestiçamento” (FREYRE, 2006, p. 161).

Ainda no capítulo dois, o autor destaca como a cultura indígena foi favoravelmente parte substantiva do fortalecimento cultural brasileiro. Enquanto a mulher indígena era posta no trabalho doméstico, os homens serviam para o trabalho braçal, porém muito do que se entende de práticas medicinais, culinária e, sobretudo, higiene veio do contato com os indígenas devido às particularidades do clima nos trópicos.

A religião católica manteve fortes e duradouros laços com o sistema colonial, buscando catequisar os indígenas, “esse povo sem alma”. As missões jesuíticas e franciscanas tiveram papel importante na organização social e cultural no período colonial, organizando “[...] uma sociedade cristã na superestrutura, com a mulher indígena, recém-batizada, por esposa e mãe de família; e servindo-se em sua economia e vida doméstica de muitas das tradições, experiências e utensílios da gente autóctone”

(FREYRE, 2006 p. 160). Mas o projeto dos religiosos se viu ameaçado devido à grande evasão dos indígenas, pois como diz Freyre, “era todo o ritmo de vida social que se alterava nos índios. Os povos acostumados à vida dispersa e nômade sempre se degradam quando forçados à grande concentração e à sedentariedade absoluta” (FREYRE, 2006, p. 179). Sendo esse o motivo pelo qual o negro africano, segundo Freyre, seria mais “adequado” ao trabalho braçal e pesado.

As predisposições e antecedentes do português tornam-se assunto do capítulo três de CG&S, por mostrar como o português, diante das circunstâncias históricas e sociais, melhor se dispôs a colonizar, sendo até menos “cruel” que o espanhol, cujas descrições mostram ser mais fechados e com relações sociais mais rígidas. Essas características, segundo Gilberto Freyre, ajudariam a entender como o brasileiro mestiço é mais maleável e hábil à mobilidade nas relações sexuais, sociais e no próprio contato interétnico que se sucedeu na colonização dos trópicos. A partir dessa constituição de antecedentes e predisposições, o português “se processou aristocraticamente” (FREYRE, 2006, p. 265-267) mais do que em qualquer outra parte da América, além de que ele “[...] fez-se aqui senhor de terras mais vastas, dono de homens mais numerosos que qualquer outro colonizador da América”. E Portugal seria descrito como o “país europeu do louro transitório ou do meio-louro. Nas regiões mais penetradas de sangue nórdico, muita criança nasce loura e cor-de-rosa como um Menino Jesus flamengo para tornar-se, depois de grande, morena e de cabelo escuro” (FREYRE, 2006, p. 281). É esse tipo plástico, que ao chegar aos trópicos, teve a base para o desenvolvimento do empreendimento colonial no contato interétnico.

O último capítulo, dividido em duas partes, que a meu ver ocupa o lugar da conclusão — *O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro* —, destaca-se no livro por mostrar a importância da mestiçagem, pois “todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo [...] a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro” (FREYRE, 2006, p. 367). Essa afirmação, muito parecida com a de Sylvio Romero (1902), contradiz o que se acreditava na época, de que qualquer tipo de contato interétnico resultaria em decadência genética, social, cultural e, sobretudo, moral do indivíduo.

A miscigenação fazia parte da singularidade brasileira, algo que segundo Gilberto Freyre, tratava-se de uma predisposição presente no português, como já dissemos anteriormente.

Nesse sentido, a lógica argumentativa de Gilberto Freyre para identificar a sinuosa questão das relações sexuais no período colonial entre negras, índias e brancos seria o fator da ausência de preconceito. O fator que por si só, segundo o autor, resultaria no caráter pacífico das relações de poder entre senhor e escravo(a) no período colonial, gerando a nova raça dos trópicos, o mestiço. Esta percepção gerou críticas, mas também foi aceita pelos estratos científicos como base para desenvolvimento de outras percepções como a democracia racial, o que gerou e ainda tem lhe gerado muitas críticas. Essa percepção, como aponta Domingues (2005, p. 124), de que a normalização da conduta sexual era vista com certa naturalização no processo colonial e social, não deixa de mostrar também o caráter sádico das relações de poder que Freyre não critica e relativizava.

Ao destacar as relações sexuais como um dos fatores do processo de miscigenação no Brasil, Freyre destaca o papel das amas de leite. Elas representariam os laços entre a infância, adolescência e, posteriormente a “adultice” dos senhores no tecido social das relações entre negros(a) e brancos nas famílias coloniais e patriarcais.

O caráter sádico das relações sexuais molda a forma como Gilberto Freyre identifica no mestiço a pacificação dos antagonismos entre senhores e escravos(a), e que seria retratado como a nova raça dos trópicos, fruto dessas conciliações entre mando e desmando, poder e submissão, entre pureza e mistura. Como ele próprio destaca (FREYRE, 2006, p. 74), “pelo intercuro com mulher índia ou negra multiplicou-se o colonizador em vigorosa e dúctil população mestiça, ainda mais adaptável do que ele puro ao clima tropical”.

Ao utilizar o aparato culturalista para se deslocar do conceito biológico de raça para o de cultura, Freyre utiliza o relativismo cultural como base para identificar na cultura brasileira as características do modo de sistema colonial que se desenvolveu no país.

Se na construção de seus argumentos sobre a sexualidade, Freyre destaca o mestiço como fruto dessas relações que pacifica os antagonismos, o negro aparece como o objeto de análise que foi relegado e esquecido no processo de caracterização das estruturas fundantes da sociedade brasileira. Segundo o autor, a cultura negra seria um dos principais pilares na edificação do Brasil, apontando as características físicas, mentais, culturais e sociais das etnias e culturas negras que vieram para os trópicos devido

à escravidão. E como descreve Ricardo Benzaquen de Araújo (1994), a dimensão que Freyre apresenta, mostrando as questões positivas do negro na formação da sociedade nacional, vai impactar diretamente na percepção do ser mestiço.

Ao falar do português, do índio e do negro, ele o faz para mostrá-los não como raça no sentido biológico, mas como cultura. E com isso, enfraquece os pilares do discurso evolucionista, ou seja, não há raças superiores e inferiores. Residindo a lógica de que elas vão ter suas características e importância para a formação do Brasil. Exaltando, então, a raça — que segundo os discursos raciologistas do determinismo biológico, como descreve Kabengele Munanga (2020) — que era tida como inferior e degenerada no processo de miscigenação, o negro.

[...] ele tanto afirma, celebra mesmo a miscigenação, prática profundamente desaconselhável e perigosa em uma ótica poligenista, quanto acentua o valor das contribuições negras e árabes para a cultura nacional, exatamente aquilo que a lógica monogenista pretendia evitar, desafiando, portanto, em ambos os casos, a hierarquia racial e a superioridade branca que essas posições buscavam estabelecer (ARAÚJO, 1994, p. 38).

Além de caracterizar de maneira problemática as relações sexuais, Freyre vai colocar em questão as estruturas do núcleo colonial, primeiro ao mostrar (nos capítulos iniciais) como se deu a formação portuguesa e suas predisposições. E, sobretudo, de como a “pureza racial” não poderia ser atribuída ao português, muito menos ao sistema colonial brasileiro, diante das circunstâncias históricas, sanitárias e políticas que marcaram o processo de povoamento das Terras de Vera Cruz. Ou seja, se o português não era uma raça pura, e conseguiu empreender uma grande civilização nos trópicos, a tese da degenerescência do mestiço estava equivocada.

Freyre diz que se “formou na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio — e mais tarde de negro — na composição” (FREYRE, 2006, p. 65). Uma sociedade que tem no português e nos antagonismos a conciliação entre a raça entendida como fator biológico e as raças sociais. Pois, na concepção de Freyre e dos intelectuais que seguiram a linha de Franz Boas, a partir do culturalismo americano, a percepção de que a cultura haveria de ser considerada a partir de suas próprias dinâmicas, e não mais a partir de comparações que

colocam níveis de desenvolvimento como parâmetro ou régua moral para medir as culturas dos países que não eram tidos como “modernos”.

Para delinear o debate acerca da miscigenação, Freyre destaca que é nos antagonismos que se enquadraria muito das características do português, do negro e do indígena. Os antagonismos funcionariam na cultura brasileira como base para o entendimento das relações sexuais, sociais e, sobretudo, do modelo de colonização. Os antagonismos contrastavam com situações dispare, mas que encontrariam o meio termo para uma relação de equilíbrio. A noção e entendimento do que é o mestiço perpassa a esfera dos grupos antagônicos: brancos e negros, senhores e escravos que encontraram nas relações sexuais o equilíbrio: o mestiço.

Tomando em conta tais antagonismos de cultura, a flexibilidade, a indecisão, o equilíbrio ou a desarmonia deles resultantes, é que bem se compreender o especialíssimo caráter que tomou a colonização do Brasil, a formação *sui generis* da sociedade brasileira, igualmente equilibrada nos seus começos e ainda hoje sobre antagonismos (FREYRE, 2006, p. 69)

É neste sentido de grupos antagônicos que o desenvolvimento da colonização nos trópicos se deu sobre moldes muito específicos, que não ocorreram em outra parte do mundo. Resultando em um sistema *sui generis* na estrutura econômica, sexual, política e, sobretudo, racial.

É entre a dualidade raça e cultura que Freyre vai destacar a sua concepção de raça, identificando algumas das problemáticas existentes no processo de colonização. A dualidade raça e cultura poderia ser compreendida a partir da raça enquanto tese biológica e cultural a partir das circunstâncias sociais, em outras palavras: a concepção de raça em Freyre está na síntese de que o mestiço seria a nova raça fruto do contato benéfico entre brancos, negros e indígenas. Mas seria uma nova raça fundada na concepção social, na mistura e, sobretudo, no modelo de identificação dos brasileiros.

A dimensão dos antagonismos presentes em Freyre já vem de trabalhos anteriores, como é o caso de sua dissertação de 1922, *Social Life in Nineteenth-Century Brazil*, ao argumentar que as condições de vida do escravo brasileiro eram melhores do que as do trabalhador inglês. Esse antagonismo entre trabalhador formal inglês *versus* o escravo no Brasil seria o contraponto que Gilberto Freyre levaria a cabo para demonstrar a percepção

de que as relações sociais seriam pautadas por outras questões para além das relações de poder entre senhor e escravo, e que não seriam tão rígidas como demonstravam ser, já que a miscigenação aqui era naturalizada na apaziguação das relações entre brancos e pessoas de cor. “A miscigenação campeava já desbragadamente. Muita mistura era de brasileiros brancos com gentes de cor. De europeus com ameríndios. De portugueses com negras” (FREYRE, 1985, p. 58).

A miscigenação aparece na obra em dois sentidos: biológica e cultural. Ambas estão relacionadas, pois ao misturar os corpos se misturam as culturas ou as almas. Nesse sentido, a sexualidade foi fator importante porque permitiu a mistura dos corpos que, por sua vez, levou à mistura da alma ou da cultura. Porém os corpos se misturaram porque antes havia na alma do português uma disposição para a mistura, a tolerância, a plasticidade:

o que se sente em todo esse desadorno de antagonismos são as duas culturas, a europeia e a africana, a católica e a maometana, a dinâmica e a fatalista encontrando-se no português, fazendo dele, de sua vida, de sua moral, de sua economia, de sua arte um regime de influências que se alternam, se equilibram ou se hostilizam. (FREYRE, 2006, p. 69).

Ainda é possível identificar que as características elencadas por Freyre para a situação *sui generis* da colonização brasileira também estão correlacionadas ao clima. Ele destaca o clima da Península Ibérica, dos trópicos e do continente africano que tinham suas similaridades, ou seja, condições para o favorecimento das relações interétnicas entre indígenas, brancos e negros.

Dessa maneira, ao mostrar como a situação específica da colonização se sucedeu, Freyre destaca que o mestiço teria um papel singular na formação nacional brasileira: “decerto não existe nenhuma outra comunidade moderna da complexidade étnica da brasileira onde os problemas das relações sociais entre homens de origens étnicas diversas estejam recebendo solução mais democrática”, e conclui destacando que diferentemente da percepção do racismo científico, “[...] a experiência brasileira não indica que a miscigenação conduza à degeneração” (FREYRE, 1947, p. 190). Essa concepção desenhou a forma como a ideia de identidade nacional iria ser representada e se cristalizaria como perspectiva ou prática homogênea por parte do Estado. Portanto o mestiço em Gilberto Freyre não resultaria em atrasos para a modernidade, pelo contrário. Levaria o Brasil ao pleno desenvolvimento por partilhar dos melhores caracteres das três

raças, fundando a raça dos trópicos, que se desenvolveu plena e eficientemente mesmo diante dos dilemas raciais que se impuseram aqui.

4 A MISTIÇAGEM E A DEMOCRACIA RACIAL: considerações críticas

Entre o mito e a realidade há inúmeras questões que cercam o imaginário social e científico sobre raça no Brasil. Florestan Fernandes, Roger Bastide, Guerreiro Ramos, Clovis Moura, Abdias Nascimento, Kabengele Munanga, Sueli Carneiro, Conceição Evaristo, Maria Carolina de Jesus e Grada Kilomba são alguns dos muitos exemplos de autores e intelectuais que se engajaram a contestar e, sobretudo, criticar a falsa noção de que no Brasil não haveria distinção de raça, muito menos preconceito.

Mas é necessário se contrapor não somente ao racismo, mas, sobretudo, às falsas noções e ideologias que de nada contribuem para o pensamento científico acerca das relações étnico-raciais no Brasil. A obra de Freyre foi colocada sob crítica desde a primeira publicação de CG&S, e com razões para que tais críticas fossem reverberadas ao passar dos anos e das reedições das suas obras. A relativização das relações entre senhores e escravos, a falsa percepção de apaziguamento das formas de poder entre a casa-grande e a senzala, das violências sofridas pelos escravos como uma simples dicotomia masoquismo versus sadomasoquismo são alguns dos muitos exemplos das críticas direcionadas a Freyre e sua obra.

Dentro do campo de estudos acerca das relações étnico-raciais no Brasil não há um consenso sobre o uso do termo democracia racial. Segundo Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (2002), Gilberto Freyre não cunhou o termo, e muito menos o utiliza em sua obra. Porém Freyre destaca em CG&S uma “democracia social” enquanto gênese da atmosfera que circundava as relações entre brancos, negros e indígenas no Brasil. Esse “filho não gestado” caiu sob Freyre justamente por sua análise mostrar uma complacência com a lógica colonialista para e com os países Europeus, como se fosse uma justificativa para afirmar que não foi tão “ruim” o advento da colonização.

Ao longo das décadas posteriores da primeira publicação de CG&S, a obra foi sendo traduzida e amplamente divulgada na Europa e Estados Unidos. Com o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, dúvidas e questionamentos foram sendo geridos sobre a maneira *sui generis* que a análise de Gilberto Freyre havia consagrado, como a imagem

idealizada do Brasil: um país sem preconceitos, onde as três raças viveriam em harmonia e sem maiores distinções raciais.

O Brasil surgia, então, como o ápice da igualdade, da fraternidade e, em particular, das boas relações entre negros, brancos e indígenas, gerando frutos desse encontro multirracial nos trópicos: o mestiço. Assim surge o intuito do Projeto Unesco no Brasil, ainda no final da década de 1940, para viabilizar um estudo prático de como se dão as relações raciais no Brasil, e mostrar para o mundo como as raças viviam em “harmonia” e sem distinções no país. Sendo possível, posteriormente, como imaginavam a partir das respostas obtidas dessas boas relações, importar o modelo para outros os países, a fim de evitar conflitos pautados nas distinções raciais como foi com o nazismo na Alemanha.

Porém não foi isso que aconteceu. Durante boa parte das críticas direcionadas à obra de Gilberto Freyre, uma se concretizou e se colocou como símbolo de sua obra: a democracia racial. Segundo Jessé Souza, mesmo Gilberto Freyre não tendo “cunhado o termo, foi ele que o conceituou, incentivou e difundiu a ideia que se cristalizou como ideologia fora e dentro dos espaços científicos.

Gilberto teria sido o criador do conceito mesmo de ‘democracia racial’, o qual agiu e ainda age como principal impedimento da possibilidade da construção de uma consciência de raça por parte dos negros. Gilberto teria construído a contrapartida teórica de uma noção rósea e humanitária do passado escravista brasileiro, abrindo a possibilidade de constituição de uma ideologia social apenas aparentemente inclusiva e extremamente eficiente. (SOUZA, 2000, p. 136)

Com o início do Projeto Unesco no Brasil, tinha-se em mente que os estudos iriam mostrar como as dinâmicas da ausência de conflitos raciais se perpetuavam, mas os estudos que estavam sendo feitos em diversas partes do Brasil com inúmeros intelectuais mostrou o contrário. A chamada “escola paulista de sociologia”, guiada pelos professores Roger Bastide, Florestan Fernandes e outros intelectuais, estabeleceu estudos que se opunham ao que Freyre estabeleceu como fato no país: contra a existência de uma “democracia social” que tinha se estabelecido a partir da noção de encontro amistoso das raças branca, amarela e preta nos trópicos.

No trabalho de Florestan Fernandes e Bastide (FERNANDES; BASTIDE, 2008), encomendado pelo Projeto Unesco no Brasil, os dois autores destacaram que a ausência

de preconceito racial no Brasil seria uma falácia histórica e social por difundir uma falsa assimetria nas relações raciais entre pessoas de cor e os brancos. *Branços e negros em São Paulo*, publicado originalmente em 1959, relatou como a lógica sádica do preconceito havia saído do seio racial para o de classe. Ou seja, o preconceito racial, agora, seria mascarado pela questão de classe, justamente para se contrapor à ideia de que os negros poderiam galgar algum tipo de ascensão social no país que estruturalmente reforçou as estruturas da desigualdade para as pessoas de cor. Fernandes e Bastide, ao descreverem as barreiras raciais no processo de ascensão do homem de cor, destacam que “o negro que subia, e às vezes subia bem alto, só o fazia quando ajudado, protegido pelo branco, que fiscalizava assim a seleção durante o processo todo, e por conseguinte não podia ver um perigo nisso” (FERNANDES; BASTIDE, 2008, p. 172). Essa espécie de ajuda seria permeada pela lógica do preconceito racial, cujas influências seriam o medo de que a ascensão de pessoas de cor seguiria para inviabilizar os privilégios históricos que eram direcionados aos homens brancos.

A partir desse momento, o branco começou a sentir-se ameaçado nos seus postos de direção e de mando. Vai reagir, e essa reação, destinada a manter o negro no fundo da escala social, vai intensificar o preconceito de cor, dar-lhe formas mais agudas, e ao mesmo tempo a segregação vai aparecer em todos os degraus da escala, desde a escola, que revela as capacidades, até as promoções aos graus superiores. (FERNANDES; BASTIDE, 2008, p. 173)

Segundo Fernandes e Bastide, a cor no Brasil estabelece uma função primordial de afastar da negritude os traços históricos e sociais do preconceito e estigma social. Residindo, então, no mestiço a aproximação do ideal de branqueamento “[...] pelos traços do rosto, nariz afilado, cabelos lisos, lábios finos, maiores as suas probabilidades de ser aceito” socialmente (FERNANDES; BASTIDE, 2008, p. 171). O estudo de Oracy Nogueira (2007) vai ao encontro das ideias dos autores ao esclarecer que, no Brasil, os mecanismos de atuação do preconceito racial são muito mais invisíveis do que nos Estados Unidos, onde prevalece a “lei da gota de sangue”, que define como negro qualquer pessoa que tenha sangue negro em sua descendência. No Brasil, o preconceito se estabelece pelos critérios fenotípicos e raciais, vinculados à comunidade e ao povo negro.

Florestan Fernandes nega veementemente a democracia racial, pois ela esconde a realidade e distorce a verdadeira situação do negro brasileiro. Em seu livro, *O negro no*

mundo dos brancos, publicado pela primeira vez em 1972, o autor esclarece o que seria a democracia racial:

A ideia de que existiria uma democracia racial no Brasil vem sendo fomentada há muito tempo. No fundo, ela constitui uma distorção criada no mundo colônia, como contraparte da inclusão de mestiços no núcleo legal das “grandes famílias” — ou seja, como reação a mecanismos efetivos de ascensão social do “mulato” (FERNANDES, 2007, p. 43)

Assim, a crítica de Florestan Fernandes e Roger Bastide à concepção da mestiçagem em Gilberto Freyre é por ela promover uma ideologia falsamente comprovada nos estudos do Projeto Unesco, que se formalizou no senso comum da sociedade brasileira de que o mestiço poderia galgar algum tipo de ascensão social ou inclusão na sociedade sem maiores “empecilhos” sobre a questão racial. Como Florestan afirmaria, “o brasileiro tem preconceito de ter preconceito” (FERNANDES, 2007), e o mestiço, a partir do ideal de branqueamento, transitaria entre o preconceito e a inclusão que essa concepção “democrática de relações raciais” pregava.

Com os desdobramentos do Projeto Unesco, o Movimento Negro Unificado e o TEN⁷ fortaleceram as críticas sobre a democracia racial e sobre o preconceito racial no Brasil. Compreende-se que a figura do mestiço, segundo o ideal de branqueamento empreitado pelo Estado, figuraria em consonância com um tipo de racismo mascarado. Abdias Nascimento destaca em sua obra, *O genocídio do negro brasileiro*, que as estruturas da sociedade brasileira nunca foram “flexíveis” como diziam a tese de Freyre acerca das relações raciais, pelo contrário. O mito do senhor benevolente seria um dos adventos que consagrou erroneamente a percepção de relações amigáveis entre escravos e senhores (NASCIMENTO, 2016). Além do mais, a forte exploração sexual presente no pensamento de Freyre se personifica na passividade da mulher negra, cuja “[...] norma [do português] consistia na exploração da africana pelo senhor escravocrata, e este fato ilustra um dos aspectos mais repugnantes do lascivo, indolente e ganancioso caráter da classe dirigente portuguesa” (NASCIMENTO, 2016, p. 73).

⁷ Conhecido como Teatro Experimental do Negro, fundado em 1944 por Abdias do Nascimento tinha como proposta valorizar o negro(a) a partir da educação, da arte, da cultura e do desenvolvimento de atividades contra o preconceito racial. Mais detalhes sobre o TEN ver o capítulo XIV da obra *Genocídio do Negro Brasileiro* de Abdias (2016).

A partir das críticas dirigidas à obra de Freyre, é possível compreender que a discussão a partir do mestiço e da mestiçagem em CG&S se torna pertinente por nos levar a compreender como Freyre estabelece e entende o que seria o mestiço brasileiro. Kabengele Munanga (2020, p. 24) salienta como a “a noção da mestiçagem, cujo uso é ao mesmo tempo científico e popular, está saturada de ideologia”, não podendo ser “[...] concebida apenas como um fenômeno estritamente biológico, isto é, um fluxo de genes entre populações originalmente diferentes”.

Entre o branco e o negro, reside o mestiço que seria “isento” de maiores preconceitos raciais, já que está mais perto do branco do que do negro. Indivíduo fruto da conciliação entre mando e servidão; o mestiço seria a raça dos trópicos que exaltava a mestiçagem como algo positivo. Mas Freyre também identifica na mestiçagem o encontro parcial das degenerações que as teorias europeias caracterizavam como fruto da genética e das condições biológicas, e que os “negros estão agora desaparecendo rapidamente do Brasil, fundindo-se com os brancos. Em algumas regiões a tendência, ao que parece, é para a estabilização dos mestiços em um novo tipo étnico” (FREYRE, 1947, p. 187).

Ao demonstrar as circunstâncias que estabelecem CG&S como obra de exaltação à mestiçagem, o intuito da análise foi mostrar como o autor — apesar das críticas — considera as raças como construções sociais, descritas a partir do meio, da cultura, do clima, e, sobretudo, das condições históricas.

Identificar o mestiço nesse intercurso seria compreender como o racismo opera diante das categorias e conceitos que são tidos como indefinidos. O mestiço seria o meio termo por excelência, nem branco, nem negro. Talvez branco, talvez negro, mas a existência dos mestiços, como afirmariam Florestan Fernandes (2007) e Clovis Moura, em sua obra, *Sociologia do negro brasileiro*, publicada em 1988, é contraposta com a noção ambígua de mobilidade vertical na estrutura de classes brasileira que Freyre defendia.

Para Gilberto Freyre, a mobilidade de negros e mestiços na estrutura social brasileira existia, até porque o mestiço, como fruto das relações entre escravas e senhores, era tratado, em algumas circunstâncias, como “filho” sem distinção em relação ao filho branco, podendo até estudar. Sendo possível, então, identificar na mobilidade um branqueamento e reconhecimento da sociedade.

A consagrada obra do pintor espanhol Modesto Brocos, datada de 1895 chamada de *A redenção de Cam*, cujo nome se remete à passagem bíblica, pode ser interpretada frente à concepção de mobilidade que Gilberto Freyre identifica no mestiço brasileiro. Nela, a dimensão do mestiço como singularidade seria retratada como a diferenciação das três raças, e que seria exaltada não como solução, mas efeito da mistura das três raças.

Figura 1 – Modesto Brocos. *A redenção de Cam* (1895)



Fonte: (LOTIERZO; SCHWARCZ, 2013).

Mas essa interpretação remete a uma falsa assimetria que os críticos viram em CG&S, sendo, então, interpretada como parte da lógica de branqueamento. São essas falácias históricas e sociais que impedem o pleno desenvolvimento racial dentro da estrutura de classes no Brasil, ficando polissêmico e complexo definir racialmente quem é mestiço, pardo ou demais raças sociais que Gilberto Freyre mostra.

Neste sentido, como descreve Florestan Fernandes “os mitos existem para esconder a realidade. Por isso mesmo, eles revelam a realidade íntima de uma sociedade ou de uma civilização” (FERNANDES, 2017, p. 29), foi o que se tentou trazer como contribuição para esta seção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificar o que é a mestiçagem e sua complexidade sob a realidade brasileira a partir do entendimento de Gilberto Freyre foi trabalho intenso e árduo. O próprio autor cunhou, compreendeu e (re)interpretou de diversas maneiras ao longo de sua vida os termos que aparecem ora como adjetivos, ora como substantivos em sua obra. O mestiço, a mulata, o mameluco, o cafuzo e outras nomenclaturas na interpretação da obra e do campo de estudos raciais são termos polissêmicos que abrangem diversas interpretações a depender do uso e do contexto. E no caso de CG&S, Freyre utiliza umas mais, outras menos, mas descreve todas elas para compor sua explicação sobre o processo de colonização brasileira.

Talvez resida aí a compreensão da questão: não há um termo/conceito único capaz de definir a formação racial brasileira, diante de toda mistura de raças que aqui se sucedeu de maneira bastante exitosa e complexa, como afirmaria Gilberto Freyre (1947; 2006). Mas foi a partir dessa indefinição pautada na mistura do indígena amarelo, do africano negro, do português branco, e tempos depois, dos espanhóis, italianos, americanos e japoneses que todos foram se “amalgamando” e se naturalizando no que seria o brasileiro.

Um país mestiço na alma, no complexo modo de ser e, sobretudo, no sangue. Assim se definiria a questão racial brasileira como enunciaram Freyre e Sylvio Romero. A compreensão do mestiço em CG&S ajuda a compreender como as particularidades raciais na obra publicada em 1933 ainda se fazem presente no cotidiano, pouco mais de 90 anos depois de sua primeira publicação. Como expõe Verônica Toste Daflon (2017), descrever a mestiçagem é um esforço contínuo para não cair em uma visão biologicista ou superficial do que seria a complexa rede que é as relações raciais no Brasil.

O desenvolvimento de concepções heterogêneas acerca da questão racial no Brasil possibilitou compreender a diversidade de linhagens, teorias e respostas dadas pelos intelectuais ao que empregavam como “problema racial” brasileiro percebendo “como é arraigado o argumento de que o **Brasil se define pela raça**” (SCHWARCZ, 1993, grifos nosso). Desde intelectuais europeus a brasileiros, muitas das percepções vinculavam ao mestiço um problema transitório, que poderia ser sanado mediante o embranquecimento, ou definitivo que fadaria o país a ser um problema no presente e futuro. Se em alguma medida Gilberto Freyre rompe ou introduz uma nova percepção sobre a questão racial,

ela esta vinculada ao contexto, teorias e personagens que constituíram seu trajeto enquanto intelectual e sociólogo.

O delineamento do ser mestiço na obra de Gilberto Freyre busca, em um outro sentido, definir de maneira simbólica e prática os efeitos do que seria tido como uma identidade nacional brasileira; este desenvolvimento que entra em curso ainda no final da década de 1920 apresenta uma consonância dos intelectuais em busca deste sentido: identificar a brasilidade a partir da raça.

Seja permeado pela negatividade ou pela positividade, a busca de sentido foi o que guiou esses intelectuais. E o tema da mestiçagem protagonizou nos estudos que o receberiam como objeto, o empecilho ou característica singular do Brasil. “Gilberto Freyre reedita a temática racial, para constituí-la, como se fazia no passado, em objeto privilegiado de estudo, em chave para a compreensão do Brasil”, e assim sendo, a reconfiguração da temática possibilitou novas compreensões e dimensões, tornando o mestiço em nacional (ORTIZ, 2012, p. 41).

Diante disso, como já descreveu Gildo Marçal Brandão (2010, p. 140), “entro no meu tema, portanto, reconhecendo a complexidade da questão e acossado pelo desafio que ela representa”, buscando descortinar como Freyre o compreende e quais possíveis dinâmicas ainda estão presentes no imaginário social acerca da questão racial brasileira. Acredito que o “descortinar” do mestiço dentro da literatura do pensamento social brasileiro, possibilite compreender melhor quem são esses que se identificam como “pardos” nas pesquisas do IBGE e censos sobre a questão racial no Brasil. Reside aí um outro enigma que poderá ser respondido futuramente como já menciona Verônica Toste Daflon (2017, p. 51): “o termo ‘pardo’ é uma espécie de enigma para os próprios brasileiros”, mas onde se localiza o pardo? Perto da negritude ou da branquitude?

O mestiço brasileiro, dentro das suas características *sui generis*, é um elemento que indica que a mestiçagem brasileira deu surgimento a uma nova raça; essa é a síntese da compreensão de Freyre sobre a questão racial: uma raça que conjuga o biológico, o social, o cultural, o político e o histórico, mas que nem por isso — assertam os críticos — deixou de ser uma síntese conservadora.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Guerra e paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- BASTOS, Elide Rugai. **As criaturas de Prometeu: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira**. São Paulo: Global Editora, 2006.
- BURKE, Peter; PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. **Repensando os trópicos: um retrato intelectual de Gilberto Freyre**. São Paulo: Unesp, 2009.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Um livro perene. *In*: FREYRE, G. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2006. p. 19-28.
- CHACON, Vamireh. **História das idéias sociológicas no Brasil**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1977.
- CHACON, Vamireh. **Gilberto: uma biografia intelectual**. São Paulo: Brasiliana, 1993.
- CHACON, Vamireh. **A construção da brasilidade: Gilberto Freyre e sua geração**. Brasília: Paralelo 15 – São Paulo, Marco Zero, 2001.
- CORDEIRO, Anderson Santos. Entre o candomblé e a cultura: Edison Carneiro e os estudos culturais afro-brasileiros. **Revista Caos**, João Pessoa, v. 02, n. 25, p. 170-188, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/caos/article/view/54739/32165>. Acesso em: 16 nov. 2022.
- CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.
- DAFLON, Verônica Tostes. **Tão longe, tão perto: identidades, discriminação e estereótipos de pretos e pardos no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2017.
- DOMINGUES, Petrônio. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). **Diálogos latinoamericanos**, México, ME, n. 10, p. 115-131, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/>: 16 nov. 2022.
- FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Expressão Popular co-edição da Editora Fundação Perseu Abramo. 2017.
- FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global Editora, 2007.
- FERNANDES, Florestan; BASTIDE, Roger. **Branços e negros em São Paulo**. São Paulo: Global Editora, 2008.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. São Paulo: Global Editora, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Como e porque sou e não sou sociólogo**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1968.

FREYRE, Gilberto. **Interpretação do Brasil**. São Paulo: José Olympio, 1947.

FREYRE, Gilberto. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**. 3. ed. Recife: Editora Massangana, 1985.

GOBINEAU, Arthur de. **Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas**. Curitiba: Editora antoniofontoura, 2021.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Democracia racial: el ideal, el pacto y el mito. **Estudios Sociológicos**, México, v. 20, n. 59, p. 305-333, 2002. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40420737>. Acesso em: 16 nov. 2022.

IANNI, Octavio. Negritude e cidadania. **Cadernos PUC**, São Paulo, v. 2, p. 11-36, 1980.

LACERDA, João Batista. **Sur les métis au Brèsil**. Premier Congrès Universel des Races. Londres, 1911. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1911. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/35/1/Surlesmetis%20cdr.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2022.

LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. **Gilberto Freyre: uma biografia cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia**. São Paulo: Livraria Pioneira Editôra, 1969.

LOMBROSO, César. **O homem delinquente**. Porto Alegre: Ricardo Lenz, 2001.

LOTIERZO, Tatiana H. P.; SCHWARCZ, Lilia K. M. Raça, gênero e projeto branqueador : “a redenção de Cam”, de modesto brocos. **Artelogie**, Paris, v. 5, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/artelogie.5242>. Acesso em: 18 nov. 2022.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica**. São Paulo: Editora Ática, 1978.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo social**, São Paulo, v. 19, p. 287-308, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/MyPMV9Qph3VrbSNDGvW9PKc/?format=html&lang=pt&stop=next>. Acesso em: 16 nov. 2022.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. **Gilberto Freyre**: um vitoriano dos trópicos. São Paulo: Unesp, 2005.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Identidade cultural, identidade nacional no Brasil. **Tempo social**, São Paulo, v. 1, p. 29-46, 1989. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/83318/86344>. Acesso em: 16 nov. 2022.

RICUPERO, Bernardo. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2011.

ROMERO, Sylvio. **História da literatura brasileira**; Tomo I (1800-1830). Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro Editor, 1902

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 18, p.77-101, 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20901/13519>. Acesso em: 16 nov. 2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Espetáculo da miscigenação. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 8, n. 20, p. 137-152, 1994. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Ry558zrk34rdnRxLywW8fmn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 nov. 2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. 2. ed. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018.

SKIDMORE, Thomas E. Fato e mito: descobrindo um problema racial no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 79, p. 5-16, 1991. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1010/1020>. Acesso em 16 de nov. 2022.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Jessé. Democracia Racial e multiculturalismo: a ambivalente singularidade cultural brasileira. **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 135-155, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/ggpZPyGCpffJcDKQb8pDNKc/?lang=pt>. Acesso em: 16 nov. 2022.

SOUZA, Ricardo Luiz de. **Identidade nacional e modernidade brasileira**: o diálogo entre Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, G.; ARMUS, D., (org.). **Cuidar, controlar, curar**: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. p. 330-391. *E-book*. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/7bzx4/pdf/hochman-9788575413111-11.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2022.

VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2005.

VIEIRA, Luiz Renato; ASSUNÇÃO, Matthias Rohrig. Mitos, controvérsias e fatos: construindo a história da capoeira. **Revista de Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 34, p. 81-121, 1998. Disponível em: <https://beribazu.files.wordpress.com/2012/11/mitos-controvc3a9rsias-e-fatos-construindo-a-histc3b3ria-da-capoeira.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2022.

WIEVIORKA, Michel. **O racismo**: uma introdução. São Paulo: Perspectiva, 2007.